A faculdade da qualidade

FACULDADE FARIAS BRITO

COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO – CPS

Exame Vestibular

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E REDAÇÃO

CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

FGV

INSTRUÇÕES

1. Você receberá o Caderno de Questões com 40 (quarenta) questões de escolha múltipla, com 5 (cinco) opções, onde somente uma opção está correta e a Prova de Redação. Verifique, após autorizado o início do exame, se constam, em cada caderno que você recebeu, os enunciados das questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita durante os 30 minutos iniciais.
2. O tempo disponível para a prova é de 4 horas. O tempo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora.
3. Marque na Folha de Resposta a opção que você considera correta. Somente esse documento será corrigido.
4. É aconselhável reservar 30 (trinta) minutos para o preenchimento da Folha de Resposta.
5. Devolva, na saída da sala, todo o material que lhe foi entregue, ou seja, os Cadernos de Questões, a Folha de Resposta e a Folha Definitiva da Redação .
6. Os aparelhos celulares deverão ser desligados antes do início da prova e colocados embaixo da carteira.
7. Durante a prova, não poderão ser usados recursos, tais como: corretivo, telefone celular, dicionário, máquina de calcular e similares, bem como qualquer outro material de consulta estranho à prova. Durante o exame, não se admite a troca ou o empréstimo de material, de qualquer natureza, entre os candidatos.
8. Você poderá anotar seu gabarito apenas no espaço determinado para tal fim.

CADERNO-QUESTIONÁRIO

INSCRIÇÃO

SALA

Somente pela Educação, conseguiremos preparar o homem para o exercício da cidadania.

Se a busca da felicidade é o primeiro dos Direitos Humanos, a possibilidade do exercício da cidadania é o meio constitucional e político de perseguir essa felicidade.

Desde a Independência, em 1822, o Brasil foi regido por sete constituições, testemunhas das circunstâncias políticas de seu momento histórico.

No dia 5 de outubro de 2016, o Brasil comemorou os 28 anos da Constituição de 1988, marco jurídico do reencontro da nação com a democracia e do fortalecimento dos ideais de liberdade, cujo texto deixa evidenciado o compromisso com a dignidade da pessoa humana, fundamento e fim da sociedade, o ser humano como verdadeiro titular e destinatário de todas as manifestações de poder.

A Constituição de 1988, em seu art. 3º, pela primeira vez, elege os objetivos do Estado Democrático de Direito:

- construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- garantia do desenvolvimento nacional;
- erradicação da pobreza e da marginalização;
- redução das desigualdades sociais e regionais;
- promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O que efetiva, na prática, a dignidade da pessoa humana cujo valor fundamental acolhe a máxima kantiana:

"O homem não pode ser empregado como um meio para a realização de um fim, pois é fim em si mesmo, uma vez que, apesar do caráter profano de cada indivíduo, ele é sagrado, já que na sua pessoa pulsa a humanidade."

Heráclito conclamava o seu povo a defender a lei da cidade como defendia as muralhas. Ao escolher as Constituições Brasileiras como tema de seu Vestibular 2017.1, a Faculdade Farias Brito conclama seus candidatos a valorizar a Educação como prioridade nacional.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.
Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.
Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador

I. Nomeando os Senadores (...)
V. Prorrogando ou adiando a Assembleia Geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra, que a substitua.
VI. Nomeando e demitindo livremente os Ministros de Estado.
VII. Suspendendo os Magistrados (...).

Adaptado de: *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824.

NOVAES, Carlos Eduardo; Lobo, César. *História do Brasil para principiantes*: de Cabral a Cardoso, 500 anos de novela. São Paulo: Ática, 1997. p. 150 (Adaptado)

1. A construção da identidade política nacional no processo de pós-independência se reflete nos embates que resultaram na primeira Constituição do Brasil em 1824.

Sobre a primeira Constituição do Brasil e seu referido contexto histórico, podemos afirmar:

A) Ratificou as discussões do anteprojeto de 1823, beneficiando sobretudo a aristocracia rural brasileira.
B) Embasou-se na representação parlamentar, estabelecendo um legislativo bicameral eletivo e com mandatos de 4 anos.
C) Tendo um caráter confessional, o padroado e o beneplácito evidenciaram o projeto centralista de submeter a Igreja ao Estado.
D) Refletiu os princípios iluministas de Montesquieu para estabelecer a divisão e a relação entre os poderes constituídos.
E) Evidenciou seu caráter lusofobista ao criar dispositivos de exclusão dos portugueses dos cargos do Executivo e Legislativo.

Art. 36. O Poder Executivo será exercido pelo Presidente da República.

Art. 37. O Presidente será eleito por um quadriênio e não poderá ser reeleito **senão** seis anos depois de terminado o seu período presidencial.

§ 1º A eleição presidencial far-se-á por escrutínio secreto e maioria de votos da Assembleia Nacional, presente a maioria absoluta de seus membros, 30 dias antes de terminado o quadriênio, ou 30 dias depois de aberta a vaga.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 11/10/2016.

2. Você acabou de ler parte da Constituição de 1934. Esse fragmento se inicia informando ao leitor acerca do Poder Executivo, especialmente do Presidente da República. No art. 37, acima transcrito, o uso do termo "**senão**", considerando seu valor semântico nesse contexto, só não poderia ser substituído por

A) caso contrário.
B) a não ser.
C) à exceção de.
D) exceto.
E) salvo.

3.

CHARGE REFERENTE À CONSTITUIÇÃO DE 1937

Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/-eEK7lb5TED0/UzaukX7yAXI/AAAAAAAAAVQ/_OVmobageRo/s1600/extra.png

MANCHETE DO JORNAL *O GLOBO* DE 14 DE DEZEMBRO DE 1966

(TEXTO NA SEXTA PÁGINA)

"Quorum" Garante Votação da Carta

A votação, em bloco, do projeto de Constituição está prevista para o próximo dia 21, e já ontem compareceu aos trabalhos a maioria absoluta dos membros do Senado e da Câmara: 279 deputados, dos quais 189 da ARENA, e 50 senadores, número considerado excepcional.

Com apenas nove votos contrários, a Comissão Diretora do MDB decidiu que o partido deve colaborar na reforma da Carta de 1946 e designou os Srs. Oscar Passos, Josafá Marinho, Lino de Matos, Rui Carneiro, Adolfo de Oliveira, Chagas Rodrigues, José Barbosa e Martins Rodrigues para integrarem a Comissão Constitucional, que, em sessão realizada às 21 horas, elegeu os Srs. Pedro Aleixo, Burlero Resende e Antônio Carlos Konder para presidente, vice-presidente e relator.

O Presidente da República, que recebeu com agrado a decisão do MDB, é favorável à apresentação do máximo de emendas. Predominaram nos primeiros debates travados na Câmara as vozes da oposição. (TEXTO NA 13.ª PÁGINA).

ANO XLII — Rio de Janeiro, 4.ª-feira, 14 de dezembro de 1966 — N.º 12 455

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Substituto: ROGERIO MARINHO

Costa e Silva Rumo à Europa

O Presidente eleito, Marechal Costa e Silva, partiu, aos 49 minutos de hoje, para Lisboa, primeira etapa de sua visita à Europa, Ásia e Estados Unidos, da qual retornará no início de fevereiro. Centenas de pessoas compareceram ao embarque e o Marechal Costa e Silva, por intermédio das emissoras de televisão, dirigiu saudação de Natal e Ano Novo ao povo brasileiro. Disse que ainda é cedo para anunciar seu ministério e que só o fará na época oportuna. Foi muito aplaudido ao declarar que são animadoras as perspectivas para 1967 e os próximos anos. (TEXTO NA 15.ª PÁGINA).

Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/constituicao-de-1967-suprimiu-liberdades-individuais-legitimou-regime-militar-10169187#

Os projetos constitucionais de 1937 e 1967 serviram de suporte institucional para dois importantes momentos da história republicana brasileira, o Estado Novo (1937 a 1945) e o que se convencionou chamar de "período militar" (1964 a 1985).

Ao comparar estes dois projetos constitucionais (1937 e 1967) e os seus desdobramentos políticos, constatamos que,

A) em 1967, se deu a continuidade da abertura econômica e da ampliação da legislação trabalhista e social iniciada em 1937 como forma de seduzir o proletariado.
B) tiveram em comum o reforço do Poder Executivo associado ao controle da cultura em favor de uma ideologia de combate ao comunismo.
C) se assemelhavam por terem sido outorgados sem que fossem submetidos à apreciação do Poder Legislativo, pois se encontravam fechados.
D) os termos da Carta de 1937 evidenciam uma tendência de aproximação do Brasil aos EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial.
E) ambos eliminaram, durante todo o período em que estiveram em vigor, as eleições diretas para cargos do Executivo e do Legislativo.

4. A normatização do processo político compreende uma importante função das Constituições. Forma e sistema de governo, regras e exigências eleitorais são determinadas a fim de dar legitimidade ao modelo político ao qual se propõem alicerçar.

Considerando a história político-constitucional do Brasil, podemos afirmar:

A) Para impedir os portugueses de participarem da vida política, a Constituição de 1824 instituiu o voto censitário, que exigia a comprovação de posse de terras.
B) As regras e exigências eleitorais previstas em 1891 ampliaram substancialmente o percentual de eleitores quando comparado à Constituição de 1824.
C) A Emenda Constitucional de 1969 anulou os dispositivos previstos pelo AI-5, garantindo o retorno das eleições diretas para governadores e prefeitos.
D) A Carta de 1934 incorporou a Lei eleitoral de 1932 e trouxe como novidade a presença de deputados indicados por categoria profissional para o Congresso.
E) Inspiradas na *Carta del Lavoro*, as constituições de 1934 e 1937 suprimiram o voto direto para os cargos do Executivo e Legislativo estadual e municipal.

5. "(...) no conjunto, era a mais democrática que tivemos até então, definindo o voto como secreto e universal, além da existência de três poderes, com a devida importância destinada ao legislativo. No entanto, apresentava limitações. Aos analfabetos negava-se o direito de voto, restringindo-se a cidadania; limitava-se o direito de greve e a própria organização sindical ainda mantinha resquício (...). De qualquer maneira, e apesar de algumas restrições, restabelecia-se o voto livre no Brasil, e o país se transformava numa república liberal."

Cláudio Vicentino. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1998, p. 377.

As constituições do Brasil foram adotadas e revogadas como consequência da necessidade de adequar a organização do Estado e da sociedade às mudanças político-institucionais ocorridas em seus referidos contextos históricos.

Nesse sentido, o excerto refere-se, no Brasil,

A) ao processo de redemocratização consolidado pelo projeto constitucional de 1946.
B) ao contexto da Nova República com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988.
C) à instalação da república e o fim das instituições monárquicas prevista na Carta de 1891.
D) ao período do Estado Novo nos termos da Constituição de 1937, chamada de "polaca".
E) ao governo constitucional iniciado com a eleição direta de Vargas para presidente em 1934.

A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento do Presidente da República e Ministros de Estado. Leia o seguinte trecho:

PARTE PRIMEIRA

Do Presidente da República e Ministros de Estado

Art. 1º São crimes de responsabilidade os que esta lei especifica.

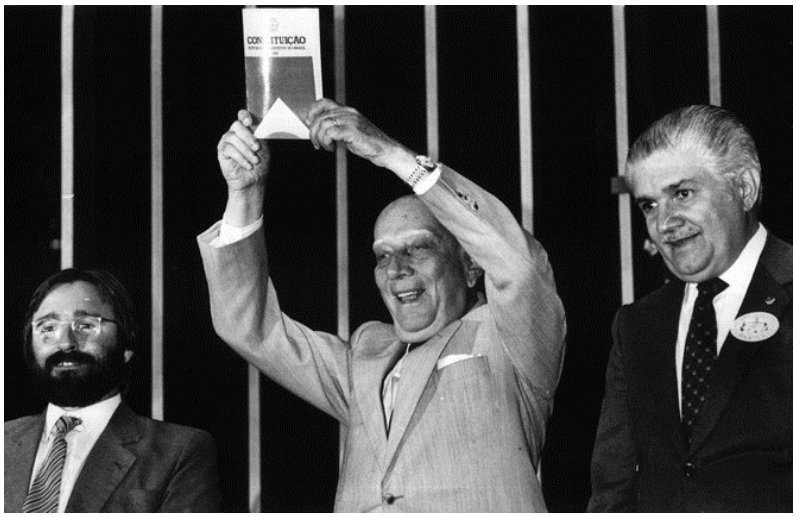
Art. 2º Os crimes definidos nesta lei, ainda quando simplesmente tentados, são passíveis da pena de perda do cargo, **com** inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador-Geral da República.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm. Acesso em: 30/09/2016.

6. Recentemente, a ex-presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, sofreu *impeachment*, perdendo o cargo de Presidente da República. Numa inesperada segunda votação, a senhora ex-presidente não perdeu sua faculdade de exercício de funções públicas. Na Lei nº 1.079, no entanto, ao usar a preposição **com**, na passagem "com inabilitação", o legislador deixa entrever que

A) a perda do cargo de presidente está diretamente atrelada à do exercício de qualquer função pública, embora por um tempo determinado.
B) o cargo de Presidente da República está diretamente relacionado ao exercício de qualquer função pública, ainda que por tempo indeterminado.
C) o Presidente da República, ao perder seu cargo, ficará inelegível por tempo indeterminado, mesmo que possa exercer funções públicas.
D) a perda do cargo de presidente independe da privação de qualquer função pública, por mais que o presidente perca a habilidade de exercer essas funções.
E) o Presidente da República, quando destituído pelo Senado Federal, perde a possibilidade de exercer qualquer função pública, independentemente da época.

7. O presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, apresenta a Constituição em 5 de outubro de 1988. Ele a chamou de 'Constituição Cidadã'.



(Foto: Arquivo / Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados)
Disponível em: http://www.brasil.gov.br/old/copy_of_imagens/linha-do-tempo/linha-do-tempo-historia/nova-constituicao-1988/@@images/7343bc91-0b28-4169-9d51-1e463d6d6206.jpeg

A imagem reflete o histórico momento da promulgação da Constituição de 1988, que trazia em si o simbolismo e a esperança de mudanças políticas e econômicas para o país.

Considerando seu simbolismo e seu contexto histórico, a Constituição de 1988

A) representou a vitória do bloco da esquerda (PT, PDT, PSB, PCB e PC do B), que pela primeira vez obteve maioria no Congresso que lhe permitiu influenciar decisivamente na redação final do projeto.
B) representou o amadurecimento de nossas instituições, resultando em um texto curto, direto e simples que evitava tocar em questões mais específicas que caberiam ser discutidas nos estados.
C) impediu os constituintes de aprovarem os projetos relativos à reforma agrária, à proteção ao índio e ao meio ambiente, em virtude da pressão por parte dos setores conservadores através dos Lobbies.
D) significou a consolidação dos princípios democráticos com a defesa dos direitos individuais e coletivos, tendo ainda ampliado direitos sociais introduzidos desde a Constituição de 1934.
E) foi elaborada e promulgada em meio a um contexto de transição política e de estabilidade econômica que rendeu a Sarney uma alta popularidade ao final de seu governo.

- Observe o trecho abaixo, retirado da Constituição Federal do Brasil de 1988, e responda às questões **8** e **9**.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> I. homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
>
> II. ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
>
> (...)
>
> Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

8. A questão da etnia vem sendo discutida no mundo todo, inclusive no Brasil, que é um país mestiço, onde há uma grande miscigenação, principalmente, de negros, brancos e índios. Por mais que se diga que todas as pessoas são iguais, independentemente da cor de sua pele, o racismo continua existindo. Músicas, brincadeiras e outras formas são usadas para discriminar os negros. Até mesmo a violência se faz presente, sem nenhum motivo lógico.

Disponível em: http://revistapontocom.org.br/edicoes-anteriores-historias-do-artur/ estudante-e-premiado-por-texto-sobre-racismo (Adaptado)

Um dos maiores desafios da sociedade no mundo diz respeito à intolerância, aos preconceitos e ao respeito às diferenças, posturas que levam a uma violência que deve ser combatida. Sobre a problemática do racismo e outros tipos de preconceitos no Brasil, é possível afirmar:

A) No Brasil, a Constituição Federal considera o ato de racismo como crime afiançável.
B) Nos últimos anos, houve no Brasil um aumento do número de condutas racistas devido à ausência de leis que criminalizam essa atitude.
C) Não são muitos os casos de ações que levam ao racismo no Brasil, sendo tipificado como crime apenas em atos ofensivos em público.
D) Não tipifica como crime atos como impedir o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta ou indireta por sua cor de pele.
E) Com base na Constituição de 1988, serão punidos, na forma da lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

9. Desde a década de 80, destacaram-se pesquisas sobre as células-tronco. No Brasil, a Lei 11.105 de 24 de março versa, no seu artigo 5°, que:

É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:
I. sejam embriões inviáveis; ou
II. sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento.
§ 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.
§ 2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.
§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei n° 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em: 30/09/2016.

A discussão sobre a utilização das células-tronco (CTs) embrionárias foi parar no Supremo Tribunal Federal, pois envolve a destruição de um embrião e, assim, iniciou-se a discussão sobre suposta violação do artigo 5º da Constituição Federal de 1988.
A posteriori, em 2008, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram que o artigo acima não merece reparo e a lei é constitucional. Convém frisar que as pesquisas podem ser feitas, mas somente se os embriões ainda viáveis não forem destruídos para a retirada das células-tronco.

Agora, com a defesa a favor da utilização da célula-tronco embrionária humana, principalmente no tratamento de muitas doenças, espera-se que ela

A) seja capaz de incorporar o genoma de um tecido lesionado e, assim, torná-lo inativo.
B) se torne parte integrante e funcional de um tecido lesionado, graças a sua capacidade de diferenciação.
C) mude a constituição do genoma de um tecido lesionado, com a substituição de oncogenes.
D) possa reduzir a resposta imunológica desenvolvida pelas doenças degenerativas.
E) elimine os genes promovedores de lesões em tecidos, fortalecendo a terapia gênica.

- Observe o trecho abaixo, retirado da Constituição Federal do Brasil de 1988, e responda às questões de **10** a **12**.

Texto I

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

Texto II

Disponível em: http://2.bp.blogspot.com/__pQxbde5vHw/SwgTsr6V7JI/AAAAAAAAAjE/ZjH-OybxDXQ/s400/char07112008.gif

10. Pela função que exercem na sociedade, pela estruturação apresentada e pela forma como a linguagem é utilizada, nota-se que os textos I e II pertencem a gêneros distintos. Relacionando-os, pode-se inferir que o efeito de humor presente no texto II decorre do(a)

A) intertextualidade que há entre o conto de fadas lido e a Constituição Brasileira.

B) discurso irônico do autor ao relacionar a realidade de parte da população brasileira com os direitos constitucionais.

C) sobreposição de recursos não verbais em relação aos verbais, o que diminui o papel da palavra na construção do humor.

D) uso de uma linguagem menos formal, como a que acontece no diálogo entre pai e filhos.

E) caricatura que, comumente, se faz de personagens típicas de *cartuns*, charges e tirinhas.

11. Ainda sobre o artigo 6º e outros artigos da Constituição, é comum a chargistas de todo o país ironizar com o fito de chamar atenção das autoridades competentes para a necessidade de se garantirem aos cidadãos os direitos fundamentais.

Rico – 2010 / www.ricostudio.com.br

Tomando como referência somente a expressão linguística da charge acima, é correto afirmar que

A) o uso da expressão "todo brasileiro" está inadequado, já que o aceitável seria "todo o brasileiro".
B) o nome "direito" não rege a preposição "a", por isso não poderia haver acento grave na expressão "à moradia".
C) o uso da linguagem coloquial, em "Tô ligado", é inadequado para a situação de comunicação apresentada na charge.
D) o termo "à moradia" exerce papel sintático de objeto indireto da forma verbal "tem".
E) a expressão "todo brasileiro" tem como equivalente "qualquer brasileiro", estando, por isso, adequado seu uso.

12. Os serviços de vital importância para a sociedade, bem como saúde, educação, trabalho e outros, passaram a ser um direito garantido pelo Estado na Constituição Federal de 1988.

Sobre a realidade desses serviços na atualidade, podemos inferir:

A) A Constituição, por si, não muda a realidade, mas indica caminhos, orienta o cidadão e a sociedade dos seus direitos, propiciando a exigência do que nela está contido.
B) A Constituição foi o agente responsável pela eliminação das desigualdades sociais, pois a partir dela efetivou-se a inclusão social e a erradicação da mortalidade infantil no Brasil.
C) O Brasil continua ostentando desagradáveis índices sociais e sempre ocupando nesse *ranking* posição abaixo da média mundial, cenário esse justificado pela ausência de programas sociais no país.
D) O Brasil oferece um serviço de saúde pública com qualidade de primeiro mundo, garantido a toda população brasileira.
E) A Constituição Federal de 1988 garantiu ao trabalhador brasileiro os direitos trabalhistas, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que consistem, entre outros, no direito ao 13º salário e a férias remuneradas.

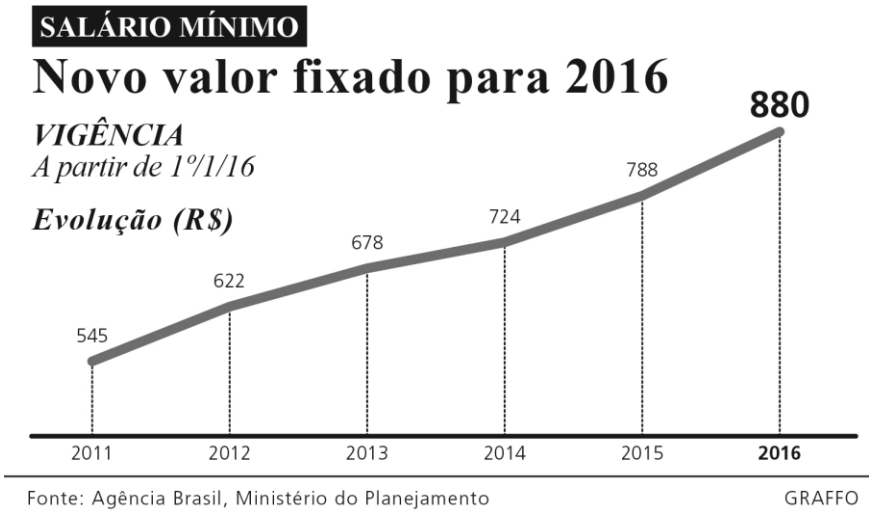
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

IV. salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

13. O gráfico e a tabela a seguir representam, respectivamente, a evolução dos valores fixados para o salário mínimo e a taxa de inflação no período de 2011 a 2016.



INPC Histórico – Taxa de Inflação

O valor anual refere-se à soma dos valores mensais acumulados de janeiro até dezembro de cada ano.

Ano	Acumulado
2015	11,28%
2014	6,23%
2013	5,56%
2012	6,20%
2011	6,08%

De acordo com o artigo 7º da Constituição, o reajuste do salário mínimo deve ser periódico e preservar seu poder aquisitivo.

Nesse caso, o ano onde ocorreu o maior aumento real no valor do salário mínimo foi em

A) 2012
B) 2013
C) 2014
D) 2015
E) 2016

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
(...)
§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:
I. a nacionalidade brasileira;
II. o pleno exercício dos direitos políticos;
(...)
VI. a idade mínima de:
(...)
c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
d) dezoito anos para Vereador.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 11/10/2016

14. De acordo com o artigo 14 da Constituição de 1988, a idade mínima para se candidatar a Vereador é de 18 anos, menor que a idade para tentar uma vaga de Prefeito, que é de 21 anos. Além disso, a pessoa precisa ter nacionalidade brasileira, ser alfabetizada, estar em dia com a Justiça Eleitoral e ter o domicílio na cidade em que concorreu. Veja as faixas etárias dos quase 58 mil vereadores eleitos neste ano, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Disponível em: http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/blog/eleicao-2016-em-numeros/post/mais-de-100-candidatos-com-18-ou-19-anos-sao-eleitos-para-vereador.html (Acesso em: 09/10/ 2016)

Com base nesses dados, em relação ao total de vereadores eleitos, podemos inferir que o número de vereadores eleitos com idade

A) variando de 30 a 49 anos representam mais de 70%.
B) de 18 ou 19 anos representam 0,2%, aproximadamente.
C) igual a 70 anos ou mais representam mais de 1%.
D) inferior a 60 anos representam menos de 90%.
E) inferior a 30 anos ou superior a 59 anos representam 20%, aproximadamente.

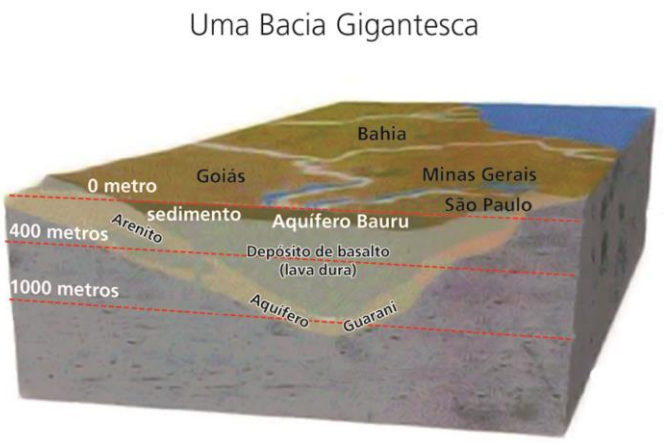
- Observe o trecho abaixo, retirado da Constituição Federal do Brasil de 1988, e responda às questões de **15** a **18**.

> Art. 20. São bens da União:
> (...)
> III. os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
> (...)
> VIII. os potenciais de energia hidráulica;
> IX. os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
>
> Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

15. Dessa forma, é assegurado o direito da utilização de um grande manancial de água doce subterrânea que abrange, além do Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina, que é o aquífero Guarani, abastecendo a população e garantindo desenvolvimento econômico, principalmente na área de lazer e turismo, como em complexos hidrotermais que são alimentados com águas desse aquífero.

Considerando que a cada 100 metros de profundidade a temperatura do solo sobe 3 graus Celsius e que a temperatura da água a 1000 m de profundidade é de 70 ºC, podemos afirmar que a temperatura da água na superfície de uma piscina hidrotermal, medida na escala de um turista inglês, vale

Considere a água em equilíbrio térmico com o solo.



Gráfica FB

A) 32 ºF

B) 80 ºF

C) 104 ºF

D) 110 ºF

E) 112 ºF

16. No Brasil, temos algumas represas que são responsáveis pela produção de energia elétrica, como a usina de Xingó, entre os estados de Alagoas e Sergipe, que aproveita o potencial hidrográfico das águas do rio São Francisco para obtenção de energia elétrica.

Disponível em: http://www.memoriadaeletricidade.com.br/file/imagens/linha/1992-2009/1994%20VerbeteA2.jpg

A seguir, temos um esquema da usina de Xingó onde através de uma tubulação de 120 m escoa, a partir do repouso, um certo volume de água por segundo. Considerando a densidade da água 10^3 kg/m^3 e a gravidade local como sendo 9,8 m/s^2, calcule, aproximadamente, a vazão de água dessa usina sabendo que a potência hídrica no gerador é de $6 \cdot 10^8$ W. (Considere que não há perdas de energia no processo).

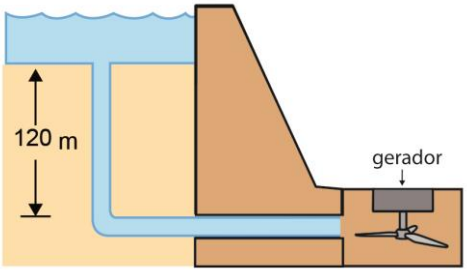
A) 450 m^3/s

B) 500 m^3/s

C) 510 m^3/s

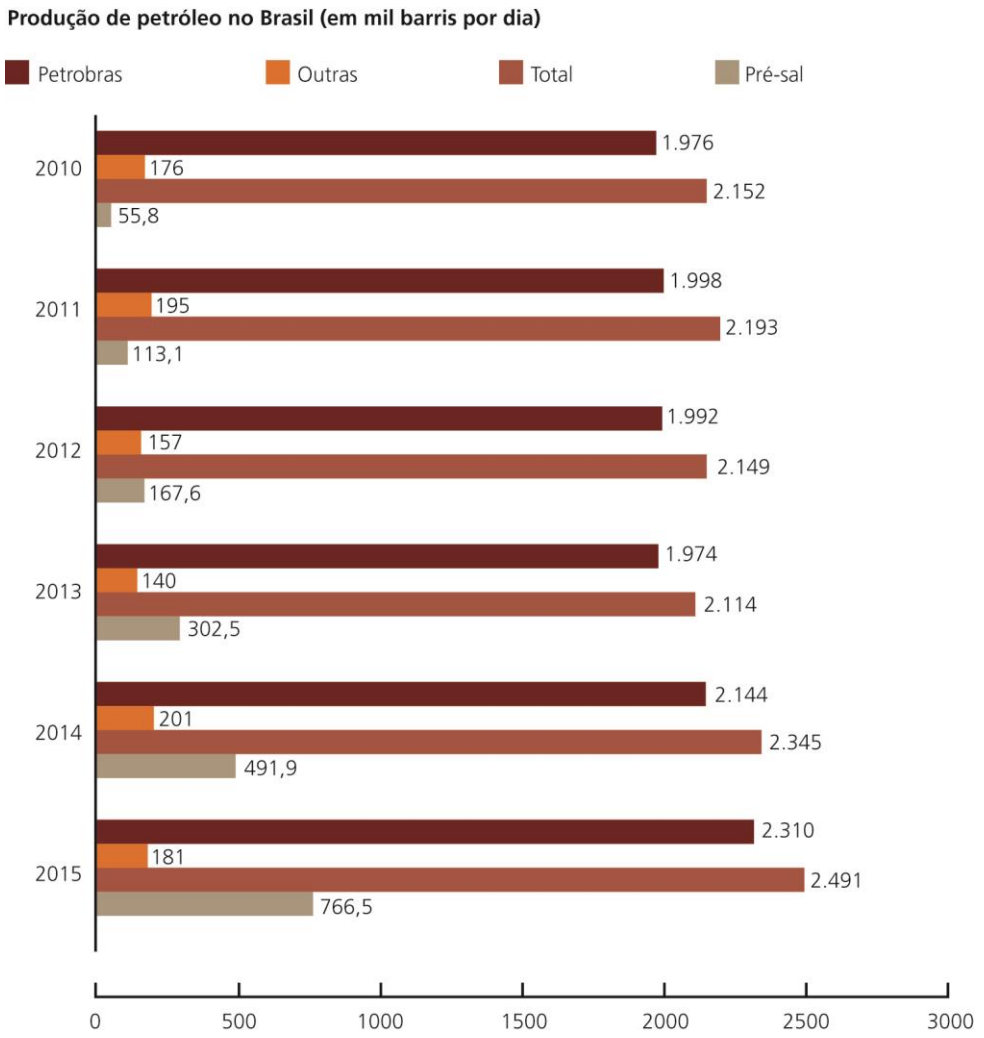
D) 580 m^3/s

E) 600 m^3/s



Gráfica FB

17. Uma das maiores riquezas do subsolo brasileiro é o petróleo. No gráfico a seguir, temos a produção de petróleo no Brasil (em mil barris por dia).



Petrobras, MME e ANP.

As informações fornecidas no gráfico mostram que no período de 2010 a 2015 a

A) produção de petróleo por outras empresas foi sempre crescente ao longo do período.

B) produção, em 2013, de outras empresas corresponde a 10% da produção da Petrobras no mesmo ano.

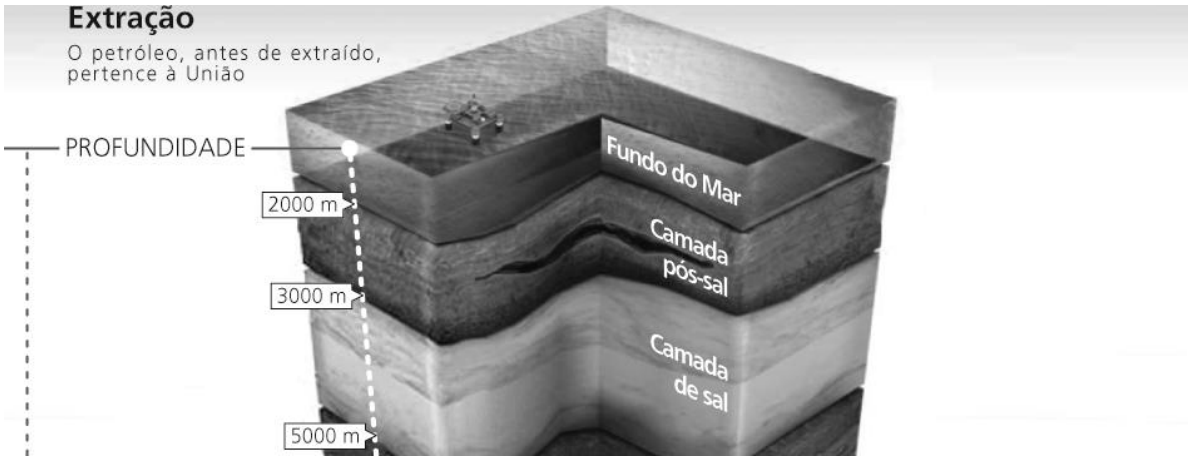
C) produção de petróleo da Petrobras foi sempre crescente ao longo do período.

D) produção de petróleo na camada do pré-sal registou um aumento de 50% no período de 2013 a 2014.

E) produção de petróleo, em 2014, na camada do pré-sal foi superior a 20% da produção total (Petrobras e outras empresas) de barris.

18. No processo de exploração do petróleo, uma das etapas é a perfuração do poço que deve ser realizada por uma broca adequada, auxiliada pelos pesados tubos *drill collars* (colares de perfuração) que ficam na parte superior, para que, ao atingir uma reserva de petróleo, o mesmo suba devido à diferença de pressão com o nível do mar. Considerando que uma dessas brocas atinja o petróleo do pós-sal que se encontra a aproximadamente 2500 m de profundidade, com que pressão mínima o óleo de densidade $9 \cdot 10^2$ kg/m^3 inicia sua subida para que ele atinja a superfície onde se encontra a plataforma?

(adote g = 10 m/s^2; 1 atm = 10^5 N/m^2)



Disponível em: https://gasnaturalnao.files.wordpress.com/2014/01/novidades-2013-01-pre-sal.jpg?w=402&h=241

A) 180 atm

B) 200 atm

C) 215 atm

D) 226 atm

E) 234 atm

- Observe o trecho abaixo, retirado da Constituição Federal do Brasil de 1988, e responda às questões de **19** a **23**.

Art. 21. Compete à União:

XII. explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens;

(...)

XX. instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

(...)

XXIII. explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

(...)

b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais;

c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas;

(...)

XXV. estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

19. A forma de radiação mais conhecida em diagnósticos médicos é a radiografia dos ossos através do uso de raios X. Esses isótopos são usados também para diagnósticos, tratamentos e detecção de drogas e hormônios no organismo. O iodo-131 ($^{131}I_{53}$) é um radioisótopo usado no tratamento de câncer de tireoide, pois, por se acumular nesse órgão, suas radiações gama destroem as células cancerígenas. **Dados:** Kr (Z = 36); Xe (Z = 54).

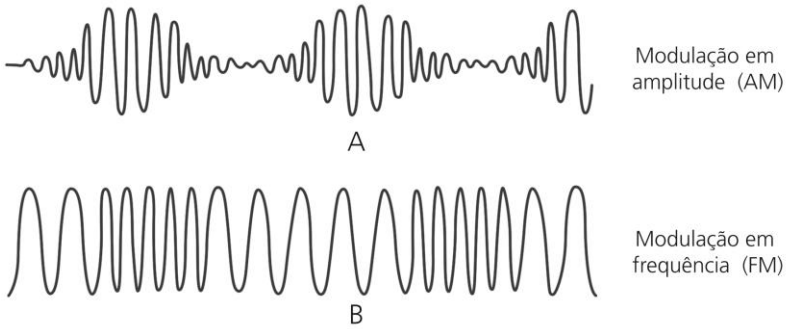
Sobre esse radioisótopo, é correto afirmar:

A) Pertence à família dos metais alcalinos.
B) Tem número de massa igual a 53.
C) Possui distribuição [Kr] $4d^{10}\ 5s^2\ 5p^5$.
D) Possui 74 nêutrons em seu núcleo.
E) É classificado como metal de transição.

20. O Tálio (^{201}Tl) é um isótopo radioativo usado para a detecção de obstruções nas artérias coronarianas. Sabendo-se que o tempo de meia-vida desse radioisótopo é de aproximadamente 73 hs, quantos dias (aproximadamente) serão necessários para que uma massa inicial de 100 g desse composto seja desintegrada restando apenas 6,25 g?

A) 4 dias
B) 6 dias
C) 10 dias
D) 12 dias
E) 16 dias

21. As rádios AM vêm encontrando alguns obstáculos para a sua transmissão, como, por exemplo, não serem sintonizadas por dispositivos móveis, ocasionando uma queda de audiência, o que afasta os patrocinadores. Além disso, sofrem interferências na transmissão de sua programação. A AM (Amplitude Modulada) tem nesse tipo de frequência a mudança de sua amplitude. Uma das vantagens das emissões em AM é alcançar longas distâncias devido à reflexão dessas ondas na ionosfera. Já a FM (Frequência Modulada) tem a frequência da onda de rádio modulada, sendo menos sujeitas à interferência causada por "ruídos" eletromagnéticos. Para driblar essas dificuldades que as Ams veem enfrentando, o Ministério das Comunicações, baseado no artigo 21, inciso XII da Constituição de 88, está autorizando as migrações de Ams para Fms.



O texto anterior está abordando um tema que se refere à propagação das ondas de rádio. Baseado no estudo das ondas e no texto, podemos afirmar que as ondas de rádio AM e FM

A) são ondas mecânicas, pois necessitam de um meio para se propagar.
B) não podem sofrer reflexão, por serem ondas transversais.
C) apresentam as mesmas amplitudes por se tratar de ondas mecânicas.
D) são ondas longitudinais, pois apresentam a mesma velocidade de propagação.
E) propagam-se com a mesma velocidade, e com comprimentos de onda diferentes.

22. “Após algumas chuvas, há cerca de 15 dias, pepitas de ouro, de 600 gramas a 1 quilo, começaram a brotar no solo de uma serra a 18 quilômetros de Pontes e Lacerda (MT), na fronteira entre o Brasil e Bolívia. A extração na ‘nova Serra Pelada’, como o local já está sendo chamado, é ilegal e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), afirma que já está acompanhando o caso, assim como a Polícia Federal. Todo tipo de mineração no solo brasileiro é responsabilidade do Governo Federal e tem que ser autorizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral”, conforme o art. 21, inciso XXV da Constituição Brasileira.

Disponível em: https://noticias.terra.com.br/brasil/pepitas-de-ouro-brotam-em-serra-de-mt-e-atraem-2-mil-garimpeiros,a8cd8fec8a6cf4f648f89636c96e3c4cckk0eo1k.html

O maior problema da atividade garimpeira na extração de ouro é a utilização do mercúrio para possibilitar a formação de uma liga metálica (amálgama) com o ouro, de forma a recuperá-lo nas calhas de lavação do minério. Se um amálgama de ouro de 200 g após passar pelos processos de recuperação, deu origem a 130 g de ouro puro, qual o número de átomos de mercúrio que estavam presentes nesse amálgama? Admita que o mercúrio está na sua forma metálica.

Dados: Au = 197 g/mol; Hg = 200 g/mol; Constante de Avogadro = 6×10^{23} átomos.

A) $1,3 \times 10^{23}$ átomos
B) $2,1 \times 10^{23}$ átomos
C) $4,2 \times 10^{23}$ átomos
D) $3,1 \times 10^{23}$ átomos
E) $6,0 \times 10^{23}$ átomos

23. Leia o texto abaixo:

48,6% da população têm acesso à coleta de esgoto.
Mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso a este serviço.
Mais de 3,5 milhões de brasileiros, nas 100 maiores cidades do país, despejam esgoto irregularmente, mesmo tendo redes coletoras disponíveis.
Mais da metade das escolas brasileiras não tem acesso à coleta de esgotos.
47% das obras de esgoto do PAC, monitoradas há 6 anos, estão em situação inadequada. Apenas 39% de lá para cá foram concluídas e, hoje, 12% se encontram em situação normal.
Cerca de 450 mil pessoas nos 15 municípios paulistas têm disponíveis os serviços de coleta dos esgotos, porém não estão ligados às redes, e, portanto, despejam seus esgotos de forma inadequada no meio ambiente.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento e Estudo Trata Brasil
“Ociosidade das Redes de Esgoto”

O saneamento básico para todo o povo brasileiro é um grande desafio para o Poder Público, visto que uma parcela considerável da população está desassistida desse direito. Vale frisar que o saneamento básico é defendido no artigo 21, inciso XX da Constituição Federal de 1988, o que compreende o abastecimento de água potável para a população; o esgotamento sanitário; a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas. Desse modo, acredita-se que com o saneamento básico

A) haverá um aumento substancial de casos de enchentes, pois a drenagem de água pluvial provoca um acúmulo de água em bairros mais baixos em relevo.
B) haverá uma redução substancial de casos de dengue; febre amarela; câncer e malária em todos os bairros de uma cidade.
C) haverá a retirada do tratamento do esgoto, pois este se tornará obsoleto para áreas urbanas.
D) haverá uma redução substancial, por exemplo, de casos de leptospirose; cólera e hepatite A nas áreas urbanas.
E) haverá a redução da utilização de tecnologias de saneamento, pois reduz os impactos ambientais com a drenagem de esgoto.

Art 48. **Cabe** ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I. sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II. plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

(...)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

24. No texto acima, especificamente sobre o uso da forma verbal **cabe**, percebe-se que é um verbo

A) transitivo direto e indireto, tendo “ao Congresso Nacional” como complemento verbal.

B) intransitivo, mas apresenta “ao Congresso Nacional” como complemento verbal.

C) impessoal, uma vez que não é possível identificar, no parágrafo, o sujeito da ação.

D) transitivo direto e indireto, sem a presença de um sujeito explícito.

E) transitivo indireto, com presença de sujeito posposto, o qual se inicia em “dispor sobre todas...”.

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

25. Uma dessas comissões permanentes é a de Educação que tem em seu comando uma chapa formada por um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares. Atualmente, a referida comissão possui 42 membros, sendo 35 homens e 7 mulheres.

Quantas chapas distintas podemos formar para liderar a comissão de Educação contendo exatamente duas mulheres?

A) $42 \times \frac{35!}{33!}$

B) $21 \times \frac{35!}{33!}$

C) $42 \times \frac{33!}{35!}$

D) $21 \times \frac{33!}{35!}$

E) $14 \times \frac{35!}{33!}$

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 17/10/2016.

26. A intervenção do Exército Brasileiro nos pontos críticos do Rio de Janeiro vem amenizando o clima de violência nessas regiões, endossado pelo artigo 142 da Constituição Brasileira.

Os militares em missões noturnas precisam transitar com segurança mesmo em situações com pouca ou nenhuma iluminação. Para isso, utilizam óculos de visão noturna (OVN) com ajuste de foco ocular de – 6,0 a +2,0 dioptrias apropriados para o combate urbano noturno.

Considerando que um soldado utilize um OVN com lente de – 4,0 di, podemos afirmar que o soldado

A) usa lentes divergentes de distância focal de módulo 0,5 m, por apresentar hipermetropia, pois o mesmo tem dificuldade de enxergar de perto.
B) usa lentes divergentes de distância focal de módulo 0,25 m, por apresentar miopia, pois o mesmo tem dificuldade de enxergar de longe.
C) usa lentes de distância focal de módulo 0,4 m, apresentando astigmatismo.
D) usa lentes convergentes de distância focal de módulo 0,5 m, pois o mesmo apresenta hipermetropia.
E) usa lentes convergentes de distância focal de módulo 0,25 m, pois o mesmo apresenta miopia.

> Art. 177. Constituem monopólio da União:
>
> I. a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos;
>
> II. a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
>
> Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

27. Petróleo é uma mistura de compostos principalmente da classe dos hidrocarbonetos que pode ser retirado de jazidas subterrâneas. O processo de refinação, de que trata o inciso II, do artigo 177, consiste na separação ou isolamento de frações de compostos orgânicos de cadeias menores e com pontos de ebulição próximos.

Sobre o processo de refinamento de petróleo, podemos afirmar que

A) o asfalto, que é uma das frações obtidas do processo de refino do petróleo, é uma mistura de hidrocarbonetos parafínicos, aromáticos e compostos heterocíclicos que contém enxofre, nitrogênio e oxigênio.
B) em uma torre de destilação, os compostos de maior massa molar encontram-se na parte superior desta torre.
C) o octano que é um dos produtos obtidos no refinamento do petróleo possui ponto de ebulição menor do que o butano.
D) o craqueamento do petróleo é um processo químico que transforma frações de cadeias carbônicas menores em frações com cadeias carbônicas maiores.
E) pode ser feito pelo método da destilação simples.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

28. A mobilidade urbana é uma das prioridades da pauta de planejamento das cidades modernas. Os gestores públicos precisam enfrentar o desafio de apresentar soluções para o tráfego de 3,5 milhões de novos veículos que, a cada ano, passam a circular pelas vias urbanas do país, além da frota atual de 75 milhões. A Lei 12.587/12, conhecida como Lei da Mobilidade Urbana, determina aos municípios a tarefa de planejar e executar a política de mobilidade urbana. O planejamento urbano, já estabelecido como diretriz pelo Estatuto da Cidade.

Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf

Tendo como base o artigo 182 da Constituição Federal, que tem como objetivo a política de desenvolvimento das cidades e a melhoria da mobilidade urbana, podemos relacionar essa política nacional a uma política global estabelecida pelo(a)

A) Estatuto da Cidade.
B) Un-Habitat.
C) Agenda 21.
D) Plano Diretor.
E) Protocolo de Montreal.

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I. cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;

(...)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

(...)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

29. Em virtude do aumento da expectativa de vida do brasileiro, algumas soluções foram propostas para atenuar o déficit previdenciário. Entre elas, a fórmula 85/95 que é uma alternativa ao fator previdenciário. Quem se enquadra nessa regra para se aposentar tem direito a receber a aposentadoria integral, sem precisar do fator previdenciário. Os números 85 e 95 representam a soma da idade da pessoa e do tempo de contribuição dela para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). 85 é para mulheres, e 95 para homens.

Disponível em: http://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/07/04/entenda-como-funciona-a-regra-8595.htm. Acesso em: 09/10/2016.

Os irmãos gêmeos André e Carla começaram a contribuir para o INSS com 25 anos. Seguindo essa fórmula 85/95 e supondo ininterruptas as contribuições, André e Carla irão se aposentar, respectivamente, com

A) 55 e 50 anos.
B) 55 e 52,5 anos.
C) 60 e 50 anos.
D) 60 e 55 anos.
E) 62,5 e 57,5 anos.

- Observe o trecho abaixo, retirado da Constituição Federal do Brasil de 1988, e responda às questões de **30** a **33**.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
(...)
II. preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
(...)
V. controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
(...)
VII. proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade; (...)
§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
(...)
§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

30. Diante do exposto no artigo 225, justifica-se o controle do uso de agrotóxico de forma abusiva visto que essa substância

A) provoca efeito acumulativo na cadeia alimentar, chegando a estar em maior concentração em produtores do que nos consumidores secundários.

B) ocasiona danos aos seres humanos, como exemplo, queimaduras na pele e problemas no sistema nervoso, os quais possuem baixo risco de sofrer lesões mais graves.

C) é menos agressiva ao meio ambiente do que o uso da técnica de controle biológico contra pragas agrícolas, a qual, normalmente, utiliza um predador natural.

D) compromete os padrões de qualidade da água, porém, tornando os peixes mais resistentes à sua ação tóxica.

E) significa o consumo de produtos agrícolas contaminados, levando, muitas vezes, a provocar nas pessoas: tremores, alterações visuais, dor de cabeça, tontura e outros sintomas.

31. Com a promulgação da Constituição de 1988, passou a existir um capítulo específico sobre meio ambiente. Com a leitura do § 4° do artigo 225, concluímos que

A) a Caatinga não foi incluída como patrimônio nacional, visto que se encontra baixa biodiversidade animal e alta taxa de vegetação perenifólia.

B) há impedimento do uso sustentável dos recursos naturais a fim de se manter como áreas de preservação permanentes.

C) os recursos naturais da Mata Atlântica devem ser explorados com cuidado, para manter preservadas as espécies nativas existentes.

D) o Cerrado não foi incluído como patrimônio nacional, pois se trata de uma área de pouca importância ecológica.

E) a Zona Costeira e a Mata Atlântica são patrimônios nacionais bastante preservados, os quais puderam permanecer praticamente inalterados desde o período de colonização.

32. As Usinas Nucleares, conforme determinado no § 6º do artigo 225, devem ter suas instalações localizadas em áreas definidas por lei federal, visto que produzem energia elétrica por meio de reações de elementos radioativos. O mais utilizado é o urânio.

No processo, o núcleo do elemento é desintegrado, liberando assim grande quantidade de energia elétrica. Sobre a energia nuclear, podemos afirmar:

A) Não há nenhum impacto ambiental no processo de construção e instalação da usina nuclear.

B) Os acidentes em usinas nucleares não oferecem perigo para as pessoas que residem próximas a elas.

C) Uma das desvantagens do uso da energia nuclear é a geração de grande quantidade de lixo nuclear, que demanda altos investimentos e processos de segurança para sua armazenagem.

D) Nas usinas próximas ao oceano, a água utilizada no resfriamento dos reatores é lançada no mar, este procedimento ajuda na oxigenação da água, favorecendo os ecossistemas próximos.

E) No Brasil, mais de 80% da energia gerada e consumida é a energia nuclear.

33.

Juan Pablo Gonzalez/123RF/Easypix;

Existe uma grande biodiversidade no Brasil e, consequentemente, uma riqueza em patrimônio genético, o qual consiste nas informações de origem genética. Com o intuito de proteger ainda mais o patrimônio genético brasileiro, é sancionada a Lei 13.123/2015, a qual dispõe, dentre outros incisos, “à exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, para conservação e uso sustentável da biodiversidade”.

Com a entrada em vigor da Lei 13.123/2015, tem-se, provavelmente, como consequência,

A) a redução na produção de organismos geneticamente modificados, os quais lançam toxinas no ambiente.

B) o aumento do tráfico de patrimônio genético para o exterior, pois legalizou a retirada sem controle do material genético das espécies.

C) o incentivo à pesquisa sobre organismos geneticamente modificados, a fim de alcançarmos uma maior produtividade agrícola.

D) a comercialização sustentável somente de produtos de origem animal, pois gera mais retorno financeiro.

E) a tentativa de transformar as áreas de florestas em áreas urbanas, a fim de alcançar uma melhor qualidade de vida.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
(...)
§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

34. Assegurado pela Constituição Federal e também pela Lei n° 9.263, de 1996, o planejamento familiar é um conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Sobre a política de natalidade no Brasil e sua dinâmica, pode-se entender:

A) A Constituição do Brasil permite, em caso de necessidade extrema, que o governo estabeleça e defina o número de filhos por casal.
B) O planejamento familiar é reflexo da adesão do Brasil à teoria neomalthusiana, cuja ideia é controlar a natalidade como forma de alcançar o desenvolvimento social.
C) Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), os programas de planejamento familiar foram responsáveis pela diminuição de um terço da fecundidade no Brasil.
D) De acordo com a Constituição Federal, a política de controle de natalidade no Brasil é um desafio que se dá por meio da campanha de conscientização.
E) Atualmente, o Brasil apresenta uma taxa de fecundidade maior do que 2,1 filhos por mulher, cenário esse que aponta para um Brasil com a população predominantemente de jovens.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/10/2016.

35. Ao longo da história do Brasil, a população indígena vem sofrendo um processo de etnocídio, porém a Constituição atual contempla o direito indígena à terra. Sobre o quadro indígena no Brasil e os desafios sofridos pelos primeiros ocupantes do país, podemos inferir que

A) a bancada ruralista no Congresso busca criar projeto de emenda constitucional que torna crime a invasão em territórios indígenas.
B) o número de indígenas que moram em áreas urbanas brasileiras está aumentando, enquanto que no campo essa população vem reduzindo cada vez mais.
C) nas últimas décadas, intensificaram-se no país as chamadas “retomadas”, quando indígenas migram de forma definitiva para as cidades em busca de emprego.
D) a atuação da Funai está orientada por diversos princípios, dentre os quais se destacam a delimitação de terras indígenas, a fiscalização destas e a prisão em casos de invasões praticadas por latifundiários.
E) a política nacional estabelece mecanismos para que a área de proteção ambiental do governo federal e o Ministério da Justiça trabalhem conjuntamente, ao lado dos povos indígenas, para melhorar a proteção aos territórios indígenas.

LÍNGUA INGLESA

THE CONSTITUTION OF BRAZIL

The current Constitution of Brazil was drafted as a reaction to the period of military dictatorship, and sought to guarantee individual rights and restrict the state's ability to limit freedom, to punish offences and to regulate individual life. Among the new constitutional guarantees are the errand of injunction and the *habeas data*. It also anticipated the existence of a Consumers' Defence Code (enacted in 1990), a Children's and Youth Code (1990) and a new Civil Code (2002).

It was the first constitution to demand severe punishment for breaches of civil liberties and rights. Consequently, Brazil later approved a law making the propagation of prejudice against any minority or ethnic group an unbailable crime. This law provided legal remedy against those who spread hate speech or those who do not treat all citizens equally. This second aspect helped disabled people to have a reserved percentage of jobs in the public service and large companies, and Afro-Brazilians to seek reparation for racism in court.

Breaking with the authoritarian logic of the previous Constitution, it made unbailable crimes those of torture and actions directed against the democratic state and the constitutional order, **thus** creating constitutional devices to block coups d'état of any kind.

The Constitution also established many forms of direct popular participation besides regular voting, such as plebiscite, referendum and the possibility of ordinary citizens proposing new laws. Examples of these democratic mechanisms were the 1993 plebiscite concerning the form of government, where the presidential system was confirmed, and the 2005 referendum concerning the prohibition of the sale of firearms and ammunition.

The mention of God in the preamble of the Constitution (and later on the Brazilian currency) was opposed by most leftists as incompatible with freedom of religion because it does not recognise the rights of polytheists (like the Amerindians) or atheists. The Supreme Federal Court has ruled that this omission of the protection of God was not unconstitutional since the preamble of the constitution is simply an indication of principles that serves as an introduction to the constitutional text and reflects the ideological conceptions of the legislator, falling within the scope of political ideology and not of the Law.

Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Constitution_of_Brazil - Acesso em 1/10/2016

36. De acordo com o texto acima, a nova constituição brasileira, esboçada como uma reação ao período de ditadura militar vivido pelo país anos antes e pensada para garantir direitos individuais aos cidadãos brasileiros,

A) teve alguns de seus artigos baseados em outros conjuntos de leis já existentes, como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

B) serviu de base para a criação de outros conjuntos de leis complementares, como o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

C) aboliu outras leis criadas no período ditatorial e modificou o Código Civil, o que permitiu o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) manteve punição severa a crimes hediondos, como tortura e sequestro, o que já era observado em outras constituições na história do país.

E) criou o primeiro conjunto de leis direcionado aos direitos civis dos cidadãos, surgindo, assim, o primeiro Código de Direito Civil da história do país.

37. Na frase "…Brazil later approved a law making the propagation of prejudice against any minority or ethnic group an unbailable crime.", o vocábulo **unbailable** indica que crimes de preconceito contra minorias ou grupos étnicos, com a nova constituição de 1988, tornaram-se

A) hediondos.
B) morais.
C) contra a humanidade.
D) inafiançáveis.
E) prescritos.

38. Com base na leitura do quarto parágrafo da passagem, chega-se à conclusão que a nova constituição brasileira de 1988

A) permite uma maior participação popular na formulação de leis para o país.
B) indica que somente por meio de plebiscito o cidadão comum pode propor a criação de uma lei ordinária.
C) proíbe a participação do cidadão comum na formulação de novas leis para o Brasil.
D) cria o exercício do referendo, nunca antes usado na história da democracia do Brasil.
E) estabelece, em referendo, o desarmamento da população civil do país, como uma forma de diminuir a violência urbana.

39. De acordo com o último parágrafo do texto, a citação a Deus, no preâmbulo da Constituição do Brasil,

A) teve apoio unânime de todas as correntes políticas.
B) foi pedida pela ala esquerda da Assembleia Constituinte.
C) foi vista como incompatível com a liberdade religiosa pela ala esquerda da Assembleia Constituinte.
D) foi combatida por ateus e ameríndios representados na Assembleia Constituinte.
E) foi vista como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

40. A conjunção **thus**, destacada no terceiro parágrafo do texto, pode ser substituída, sem alteração de sentido, por

A) however.
B) yet.
C) although.
D) but.
E) so.

ESPANHOL

DE LOS DERECHOS Y DEBERES INDIVIDUALES Y COLECTIVOS

Art. 1. La República Federal del Brasil, formada por la unión indisoluble de los Estados y Municipios y del Distrito Federal, se constituye en Estado Democrático de Derecho y tiene como fundamentos:

I. la soberanía;

II. la ciudadanía;

III. la dignidad de la persona humana;

IV. los valores sociales del trabajo y la libre iniciativa;

V. el pluralismo político.

Parágrafo único. Todo el poder emana del pueblo, que lo ejerce por medio de representantes elegidos directamente, en los términos de esta Constitución.

Disponível em: http://www.redipd.org/legislacion/common/legislacion/Brasil/constitucion_brasil_1988.pdf

36. Pelo que se percebe no artigo primeiro da Constituição da República Federativa do Brasil, o povo brasileiro tem garantido

A) a dissolução dos Estados em caso da não representação política do povo brasileiro.
B) a liberdade religiosa.
C) a liberdade política.
D) a sanção penal no caso de descumprimento desta lei maior.
E) a democratização ao acesso das cestas básicas.

Art. 3. Constituyen objetivos fundamentales de la República Federal de Brasil:

I. construir una sociedad libre, justa y solidaria;

II. garantizar el desarrollo nacional;

III. erradicar la pobreza y la marginación y reducir las desigualdades sociales y regionales;

IV. promover el bien de todos, sin prejuicios de origen, raza, sexo, color, edad o cualesquiera otras formas de discriminación.

Disponível em: http://www.angelfire.com/va/derecho/preambulo_titulo_i.html

37. Especificamente sobre o artigo terceiro da Constituição, é um objetivo fundamental da República Federal do Brasil:

A) desenvolvimento social
B) vacinação
C) transporte
D) auxílios temporários
E) alfabetização

DE LOS DERECHOS Y GARANTÍAS FUNDAMENTALES

CAPÍTULO I DE LOS DERECHOS Y DEBERES INDIVIDUALES Y COLECTIVOS

Art. 5. Todos son iguales ante la ley, sin distinción de cualquier naturaleza, garantizándose a los brasileños y a los extranjeros residentes en el País la inviolabilidad del derecho a la vida, a la libertad, a la igualdad, a la seguridad y a la prioridad, en los siguientes términos:

I. el hombre y la mujer son iguales en derechos y obligaciones, en los términos de esta Constitución;

II. Nadie está obligado a hacer o dejar de hacer alguna cosa sino en virtud de ley;

III. Nadie será sometido a tortura ni a trato inhumano o degradante.

IV. es libre la manifestación del pensamiento, quedando prohibido el anonimato;

Disponível em: http://www.angelfire.com/va/derecho/titulo_ii.html

38. De acordo com o texto constitucional brasileiro, a palavra “**nadie**” pode ser entendida como

A) nada.
B) nenhum.
C) alguém.
D) ninguém.
E) algum.

DE LOS DERECHOS SOCIALES

Art. 7. Son derechos de los trabajadores urbanos y rurales, además de otros que tiendan a la mejora de su condición social:

I. el contrato de trabajo protegido contra el despido arbitrario o sin justa causa, en los términos de la ley complementaria que establecerá indeminización compensatoria, entre otros derechos;

II. el seguro de desempleo, en caso de desempleo involuntario ;

III. el fondo de garantía del tiempo de servicio;

IV. el salario mínimo, fijado en ley y unificado para toda la nación, capaz de atender sus necesidades vitales básicas y las de su familia como vivienda, alimentación, educación, salud, descanso, vestido, higiene, transporte y seguridad social, con reajustes periódicos que preserven el poder adquisitivo, quedando prohibida su afectación a cualquier fin ;

V. el salario base proporcional a la extensión y a la complejidad del trabajo;

VI. irreductibilidad de salario, salvo lo dispuesto en convenio o acuerdo colectivo;

VII. la garantía de un salario, nunca en la remuneración íntegra o en el valor de la pensión de jubilación;

VIII. el décimotercer salario en base en la remuneración íntegra o el valor de la pensión de jubilación;

IX. la remuneración del trabajo nocturno superior a la del diurno;

X. la protección del salario en la forma de la ley, constituyendo delito su retención dolosa;

Disponível em: http://www.constitution.org/cons/brazil.htm

39. De acordo com o art. 7, inciso VII, da Constituição Brasileira, que estabelece: “la garantía de un salario, nunca en la remuneración íntegra o en el valor de la pensión de jubilación”, fica determinado o direito à

A) eleição.

B) pensão alimentícia.

C) bolsa família.

D) educação.

E) aposentadoria.

LA CONSTITUCIONALIZACIÓN DEL DEPORTE EN BRASIL

Publicado por Leonardo de Bem

En la Constitución brasileña de 1988, el derecho al deporte no fue previsto en el Título II que regula los derechos y garantías fundamentales y tampoco en el Capítulo II que destaca los derechos sociales. Sin embargo, por evidente no es posible considerar únicamente los derechos fundamentales por un criterio topográfico. Significa decir que aparte del referido Título o Capítulo puede verse que el constituyente reconoció una serie de derechos sociales.

La previsión del deporte como derecho fue plasmada en el contexto del orden social y en el capítulo de la educación y de la cultura (art. 217). Véase que el constituyente destacó el deporte como un derecho de cada brasileño, estableció los deberes del Estado para garantizar su promoción y su protección y matizó los principios que lo sustentan en el ordenamiento jurídico interno. Textualmente:

Art. 217. Es un deber del Estado fomentar las prácticas deportivas formales y no formales, como derecho de cada uno, observando: I) la autonomía de las entidades deportivas dirigentes y de las asociaciones, en lo referente a su organización y funcionamiento; II) el destino de los recursos públicos a la promoción prioritaria del deporte escolar y, en casos específicos, para el deporte de alta competición; III) el tratamiento diferenciado para el deporte profesional y no profesional; IV) la protección y el incentivo a las manifestaciones deportivas de creación nacional. 1) El Poder Judicial sólo admitirá acciones relativas a la disciplina y a las competiciones deportivas una vez agotadas las instancias de la justicia deportiva, regulada en la ley. 2) La justicia deportiva tendrá plazo máximo de sesenta días, contados desde la instrucción del proceso, para dictar la resolución final. 3) El Poder Público debe incentivar el ocio, como forma de promoción social.

Disponível em: http://leonardodebem.jusbrasil.com.br/artigos/121938091/la-constitucionalizacion-del-deporte-en-brasil

40. Sobre a constitucionalização do esporte no Brasil, é possível afirmar:

A) O poder público deve incentivar o ocio, como forma de promoção social.

B) O Estado deve promover as práticas esportivas formais e não formais como direito de cada cidadão.

C) A justiça esportiva terá prazo máximo de sessenta dias para ditar uma resolução no futebol.

D) O tratamento igualitário para o esporte profissional e não profissional.

E) A proteção e o incentivo às manifestações políticas de criação nacional.

PROVA DE REDAÇÃO

Partindo do princípio de que lei não se discute, cumpre-se, e considerando o artigo 6º da nossa Constituição Federal e a charge, reproduzidos abaixo, redija uma dissertação em prosa, na folha a ela destinada, argumentando em favor de um ponto de vista sobre o seguinte tema:

A APLICAÇÃO DA LEI E A REALIDADE BRASILEIRA.

Texto I

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Texto II

http://3.bp.blogspot.com/-BsptH9NfgoM/TdkGdFqTjVI/AAAAAAAAEWI/4gWrYeJutY8/s1600/Charge2011-educacao.jpg

(Mínimo: 20 linhas)
(Máximo: 30 linhas)

RASCUNHO

	01
	02
	03
	04
	05
	06
	07
	08
	09
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30

Felipe. – 13/05/16
Rev.: RR/TM/MHC
OSG.: 108494/16

FACULDADE FARIAS BRITO

A faculdade da qualidade

Rua Castro Monte, 1364
(Núcleo Aldeota)
PABX: 3486.9090 – FAX: 3486.9130

www.ffb.edu.br